

Literatura no currículo de Pedagogia: um território em disputa?

Literature in the Pedagogy curriculum: a territory in dispute?

Diana Maria Leite Lopes Saldanha*

Marly Amarilha**

RESUMO

Este artigo discute e analisa o ensino de literatura nos cursos de Pedagogia de 27 universidades federais brasileiras. Adota a abordagem descritiva-analítica. A leitura de literatura permanece um tema recorrente em discussões de âmbito educacional. É uma prática que permite a interação entre os sujeitos das diversas sociedades e colabora na constituição do ser humano. Partindo dessa assertiva, o ensino de literatura deve estar inserido nos currículos dos pedagogos, que são os primeiros professores de crianças. Os dados revelam que a maioria das universidades oferta a disciplina em caráter optativo, demonstrando a frágil presença da literatura na formação de professores e ratificando a ideia de currículo como território de poder e disputa. A oferta da disciplina como optativa não garante sua efetivação, pois depende de uma série de circunstâncias relacionadas à dinâmica das instituições, tornando-se um atalho. A análise de instituições das regiões Nordeste e Sudeste, delimitação deste artigo, demonstrou um número significativo de graduandos que deixam de cursar a disciplina, quando há a oferta como optativa. De fato, algumas universidades não têm condições de assegurar essa oferta e de proporcionar esse conhecimento teórico-metodológico aos graduandos. A lacuna deixada na formação repercutirá na atuação do futuro pedagogo. É preciso uma mudança de proposta curricular para legitimar e garantir um conhecimento que é fundamental na formação dos primeiros professores, mas tem percorrido atalhos para se efetivar.

Palavras-chave: Ensino de Literatura. Curso de Pedagogia. Currículo. Formação do leitor.

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, UERN, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: dianalsaldanha@yahoo.com.br - <https://orcid.org/0000-0002-5239-0317>

**Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. E-mail: marlyamarilha@yahoo.com.br - <https://orcid.org/0000-0002-0467-6919>

ABSTRACT

This article discusses and analyses the teaching of literature in Pedagogy Courses from 27 Brazilian federal universities. It adopts the descriptive-analytical approach. The reading of literature remains a recurring theme of discussions in the educational sphere. It is a practice that allows the interaction between the subjects of different societies and collaborates in the constitution of the human being. Based on this assertion, the teaching of literature should be included in the curriculum of pedagogues, who are the first teachers of children. The data show that most universities offer the subject on an optional basis, demonstrating the fragile presence of literature in teacher education, ratifying the idea of curriculum as a territory of power and dispute. Offering the subject as an optional extra does not guarantee its effectiveness, it depends on a series of circumstances related to the dynamics of the institutions, it becomes a shortcut. The analysis of institutions in the Northeast and Southeast regions, delimitation of this article, show a significant number of undergraduates who fail to take the subject, when it is offered as an elective. In fact, some universities do not have the conditions to ensure this offer and to provide this theoretical and methodological knowledge to the undergraduates. The gap left in the training will have repercussions on the performance of the future pedagogue. A change in the curricular proposal is needed to legitimize and guarantee a knowledge that is fundamental in the formation of the first teachers, but has taken shortcuts to become effective.

Keywords: Teaching Literature. Pedagogy course. Curriculum. Teacher's education.

Considerações iniciais

A literatura é uma manifestação presente em diferentes culturas que recria por meio da palavra a trajetória humana. Possibilita-nos fazer uma reflexão imaginária a respeito de nossa história, desenvolvimento, desejos, sonhos, amores, lutas e dissabores mediante um discurso atravessado pelo ficcional e pelo estético. Propicia entender nosso presente, bem como sua transcendência. Dada a sua potência inventiva e humanística, entendemos que a literatura seja fundamental para a formação humana e, portanto, indispensável para os futuros professores que serão responsáveis pela introdução da leitura da palavra na vida de crianças, jovens e adultos, nos níveis de ensino da educação infantil, dos anos iniciais do ensino fundamental e da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Em quadro elaborado por Silva (2015), que apresenta as políticas de leitura no Brasil (documentos, programas e diretrizes), observamos que investimentos e incentivos à leitura, realizados nos últimos anos, sugerem que essas políticas não estão apresentando resultados satisfatórios (BERENBLUM, 2009), parecendo não atingir a eficácia desejada. Partindo dessas referências, indagamo-nos sobre a possível parcela de responsabilidade relacionada à ausência da literatura na formação dos pedagogos – primeiros professores das crianças: em que medida a universidade, como instituição formadora, contribui para esse resultado?

Outro aspecto a se considerar é a necessidade da formação continuada de professores como condição básica para se concretizar políticas de formação de leitores. Essa proposta não serve somente para a formação continuada, mas também deve ser efetivada na formação inicial formal do pedagogo que está sendo preparado para atuar nas escolas. A formação inicial formal é entendida como a preparação teórico-metodológica do discente em curso de graduação que ocorre na universidade. Ressaltamos que é *inicial formal* porque entendemos que não é possível delimitar o início da formação, mas podemos estabelecer o momento em que ela se torna formal mediante ingresso em curso universitário para o exercício profissional.

Com o intuito de aprofundar nossos conhecimentos no tocante ao ensino de literatura na universidade, buscamos investigar trabalhos que evidenciassem tal prática na formação inicial, especificamente nos cursos de graduação em Pedagogia. Dos poucos registros que encontramos, o ensino de literatura aparece como uma preocupação da graduação em Letras, na formação de futuros professores de Língua Portuguesa para os anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio, distanciando-se de nosso foco, que é o ensino de literatura na formação do pedagogo.

Essas investigações revelam que o ensino de literatura é uma preocupação ainda tímida nas universidades, além do fato de que a maioria das pesquisas que existem foi desenvolvida com foco no ensino médio e nos cursos de graduação em Letras. Entretanto, o responsável pelo ensino da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental é o graduado em Pedagogia. Ele precisa, portanto, de uma formação que contribua para seu exercício em sala de aula, bem como para o ensino de literatura nesses níveis de escolarização.

Nessa perspectiva, apresentamos alguns resultados da pesquisa sobre o ensino de literatura nos cursos de Pedagogia do Brasil. Os achados desta pesquisa são provenientes dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Pedagogia (PPC) e/ou da Estrutura Curricular das disciplinas, dos ementários, dos Planos de Ensino das Disciplinas (PED) e de informações enviadas via *e-mail* por sujeitos colaboradores da pesquisa. Propomos uma discussão inicial sobre literatura, leitura, mediação e currículo; em seguida, trazemos a análise dos dados construídos.

Por que negar a literatura, se precisamos desse conhecimento?

A literatura é um legado que as gerações herdaram de seus antepassados, pois narra a vida dos povos, as vivências, os medos, as lutas, as vitórias, os costumes e a cultura. Desse modo, é justificável a nossa identificação com personagens na construção de nossa própria história. A literatura propicia o conhecimento e o processo de identificação com os personagens, ambos indispensáveis para nos reconhecermos integrantes de uma comunidade. Por meio do texto literário, percorremos outros mundos, entramos nas histórias e construímos outras, visto que a literatura tem relação com nossa vida.

Nessa perspectiva, lembramos o pensamento de Candido (2014), quando menciona que a integridade da obra depende da fusão entre texto e contexto em uma interpretação dialética. Portanto, do ponto de vista de sua produção, é preciso situar a obra, o autor e a influência da organização social, política e econômica.

Do ponto de vista da recepção, a leitura do texto literário propicia ao leitor vivenciar diversas experiências, bem como provoca o aflorar de sentimentos, sensações e reações, pois “a literatura é linguagem carregada de significado” (POUND, 2013, p. 35). O contato do leitor com a obra literária possibilita troca de impressões e de comentários acerca do texto e traz à tona as lembranças e as vivências de acontecimentos rotineiros. O leitor interage com o texto, faz inferências, interpretações e dá sentido ao que está escrito, não se limitando às informações e às explicações do texto. O leitor preenche os vazios do texto e dá sentido ao que lê, concretizando as expectativas do mundo ficcional representado e alargando sua própria experiência de vida, quiçá imaginando outra. Nessa lógica, é importante a formação do leitor literário com o intuito de proporcionar ao sujeito o exercício da fantasia, da espontaneidade, da liberdade e da inventividade, que são potências intrínsecas ao ser humano, acionadas pela obra literária.

Sabemos que a literatura é uma produção cultural que propicia desvelar o universo humano com suas peculiaridades. Por meio dela, podemos conhecer a história e a cultura das gerações anteriores, dos diferentes povos e de nós mesmos. De acordo com Iser (1999) e com Jauss (1994), a leitura de literatura nos leva a construir sentidos e a preencher lacunas deixadas pelo autor, posto que, ao lermos uma obra, entramos em contato com mundos e personagens com os quais construímos possibilidades de destinos humanos, assim também vivenciamos processos de identificação. Logo, ao interagir com o texto a partir de seu contexto, de seus sonhos, de seus desejos, o leitor pode alimentar e potencializar sua subjetividade. A leitura de literatura tem relevante significado para a formação social, política, estética, emocional e intelectual do indivíduo, o que é reconhecido pelas classes dominantes e dominadas (MANGUEL, 1997). A literatura dá prazer, autoconhecimento e possibilidades para o ser humano interpretar a realidade e atuar sobre ela, sendo instrumento de libertação e criticidade.

De modo geral, temos uma história que efetiva o descaso com o texto literário como bem cultural, necessário aos seres humanos. Negar a literatura ou utilizá-la somente com fins práticos, didáticos e instrutivos tira do sujeito a oportunidade de crescimento pessoal. A leitura de literatura possibilita ao leitor vivenciar experiências diversas, bem como entender a si mesmo e o outro, pois “[...] nos oferece a *vida em alteridade* que ajuda a tomarmos posição, a fazermos escolhas, criticamente, com discernimento, não nos deixando enganar pelo fácil, imediato e modelarmente *verdadeiro*” (YUNES, 2010, p. 60, grifos da autora). A leitura da obra literária expressa características peculiares do ser humano, como vivenciar sonhos, idealizações, perdas, medos, conflitos.

Entretanto, a literatura é negada sob vários aspectos e nem sempre é interdita de forma explícita, mas as possibilidades de sua realização permanecem interrompidas

direta ou indiretamente pela quantidade de analfabetos existentes, educação de má qualidade, ausência de bibliotecas e falta de políticas públicas que efetivamente viabilizem e garantam a democratização da leitura. Mesmo sendo considerada essencial para a formação do cidadão, a leitura de textos literários, em muitos casos, ainda é uma atividade secundária na escola e na sociedade (AMARILHA, 1999).

A literatura é um bem imprescindível para a formação e um direito que não pode ser negado aos sujeitos, pois sua inclusão nos currículos escolares e nas universidades, instituições vistas como espaços de democratização e disseminação do saber, admite que vivemos em uma sociedade diversificada, com acentuadas diferenças que precisam ser vistas, interpretadas, analisadas. Como destaca Candido (2011, p. 188):

[...] a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e, portanto, nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade.

Nessa perspectiva, a literatura, dadas a sua abrangência e completude, faz-nos entender o mundo, seus encantos e contradições. Todavia, é preciso cuidar de sua forma de escolarização e promover práticas pedagógicas, de modo que a literatura cumpra seu papel humanizador.

A necessidade de desenvolver práticas pedagógicas pertinentes à natureza da literatura decorre do fato de que nem sempre a área está incluída no currículo escolar como um saber reconhecido e assegurado, que deve ser trabalhado sistematicamente. Muitas vezes, quando aparece, está relacionado ao ensino da língua materna, ao estudo da gramática, negligenciando-se totalmente a dimensão poética e humanística da linguagem literária. Em acréscimo, o ensino da literatura não está presente na maioria dos cursos de formação inicial formal dos professores, especificamente, dos pedagogos, que são preparados para atuarem na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental (SALDANHA, 2018). Essas são as etapas responsáveis por introduzir a criança no universo da leitura da palavra e apresentar a literatura como uma perspectiva do mundo, como criação que desenvolve a imaginação, a emoção, a criatividade e o gosto pela leitura. Dessa maneira, nega-se a literatura na formação dos educadores e, conseqüentemente, na formação das crianças que serão atendidas por esses profissionais.

O que está por trás do currículo? Qual é o lugar da literatura nos cursos de Pedagogia?

As discussões sobre currículo ganharam notoriedade há mais de um século (SILVA, 2014). Como resultado, há atualmente a compreensão de que seu significado não se reduz a procedimentos, técnicas e métodos, pois percorremos um espaço guiado por questões sociológicas, políticas e epistemológicas. O currículo não é um objeto

estático, mas uma práxis. À medida que é uma práxis, constitui-se como expressão da função socializadora e cultural da educação. Dessa forma, as funções que o currículo desempenha como expressão do projeto cultural e da socialização do conhecimento são realizadas por meio dos conteúdos selecionados, de sua organização e das práticas que geram em torno de si. Assim sendo, analisar os currículos concretos consiste em estudá-los no contexto em que se configuram e através do qual se realizam em práticas educativas.

Dessa assertiva, entendemos que, ao elegerem determinados conhecimentos, valores e comportamentos, o currículo e a educação estão intimamente envolvidos com o processo cultural, com uma política cultural educativa. O currículo é “terreno de produção e criação simbólica, cultural” (SILVA, 1999, p. 26). Nessa lógica, Silva (1999) afirma que **não existe uma cultura específica e homogênea da sociedade que mereça ser transmitida para as futuras gerações pelo currículo**. Isso posto, a cultura é entendida como o “terreno em que se enfrentam diferentes e conflitantes concepções de vida social, é aquilo pelo qual se luta e não aquilo que recebemos” (SILVA, 1999, p. 27). Conforme se observa, o pensamento sobre cultura é indissociável do conceito de grupos e classes sociais, sendo um espaço onde ocorre a luta pela manutenção ou superação das divisões sociais, de maneira que o currículo é o local de manifestação desse conflito.

A universidade é uma instituição social que tem a missão de produzir conhecimento, estabelecer e articular os saberes, promover o desenvolvimento do pensamento crítico, bem como formar cidadãos, profissionais e intelectuais que possam atuar na sociedade. O conhecimento universitário é organizado por um grupo de pesquisadores que define os problemas científicos a serem resolvidos, determina sua importância e traça a metodologia a ser seguida e o andamento da pesquisa. Esses conhecimentos são produzidos para serem utilizados ou não na sociedade. A despeito de existirem, os conhecimentos não necessariamente terão repercussão que mude o cenário existente entre o acadêmico, o formativo e o institucional, havendo caminhos e trilhas a serem percorridos e legitimados. Em decorrência dessa dinâmica, desenham-se no ambiente acadêmico instrumentos de acesso, controle, obrigatoriedade, flexibilidade no estudo de determinados conhecimentos.

À luz dessa compreensão, cabe-nos perguntar sobre a frágil presença do ensino de literatura nos currículos de Pedagogia: o que falta para que a literatura seja legitimada na formação inicial formal do pedagogo? Sabendo que os egressos do curso de Pedagogia atuarão com crianças, jovens e adultos, especialmente como professores das primeiras letras, que contribuirão no processo de desenvolvimento da leitura e da escrita, por que não se assegura a todos os futuros pedagogos a oportunidade de conhecer, estudar, ter acesso a discussões teórico-metodológicas sobre a literatura e seu ensino?

Entendemos o currículo como um território de poder, como um território em disputa, ou seja, “[...] é o território mais cercado, mais normatizado. Mas também o

mais politizado, inovado, ressignificado” (ARROYO, 2013, p. 13). Surge, então, nossa preocupação com a força do viés político, que sinalize vetores de como identificar o lugar de determinado conhecimento, na linguagem institucionalizada do currículo. Com essa perspectiva analítica, para esta reflexão, utilizamos a nomenclatura de disciplina obrigatória e disciplina optativa, para mapearmos a presença da literatura nos cursos de Pedagogia de universidades do país, destacando-se aspectos de duas regiões geopolíticas: Nordeste e Sudeste.

Ao apartarmos as justificativas para a necessidade do ensino de literatura nos cursos de Pedagogia, fizemos um percurso por 27 universidades federais, institutos de ensino superior (IES), para averiguarmos se havia a presença da literatura nos currículos de Pedagogia. Selecionamos uma universidade em cada estado da federação e o distrito federal, priorizando os cursos localizados no *campus* central (SALDANHA, 2018). Dessas 27 instituições pesquisadas, 11 oferecem a literatura em caráter obrigatório, 14 ofertam em caráter optativo ou eletivo e 02 não ofertam a disciplina.

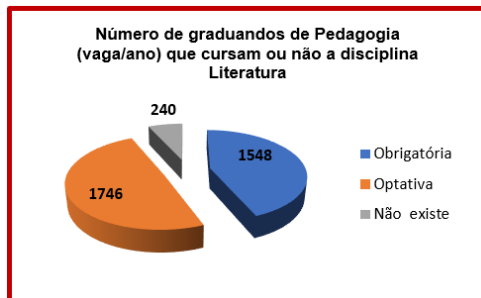
Destacamos que esse quadro se refere à oferta nos cursos que se localizam nos *campi* centrais de cada instituição. Entretanto, entendemos que a representatividade do *corpus* revela a abordagem institucional à área. É possível que em outros *campi* dessas mesmas instituições a disciplina seja oferecida nos moldes de optativa ou eletiva, devido ao interesse de algum docente ou à motivação ocasional. Esse achado, entretanto, não invalida os dados sobre a presença obrigatória no currículo de algumas universidades, pelo contrário, confirma o caráter instável da presença da literatura nos cursos de Pedagogia.

Para termos uma visão mais acurada sobre a formação dos graduandos, julgamos relevante saber quantas vagas são oferecidas por ano pelos cursos de Pedagogia de todas as universidades pesquisadas. Nosso intuito é o de averiguarmos quantos estudantes, aproximadamente, terão a oportunidade de cursar a disciplina Literatura (ou não) durante a formação inicial formal (OB – obrigatória; OP – optativa; NE – não existe).

Das 27 (vinte e sete) instituições, há uma média de 3.534 alunos que ingressam no curso de Pedagogia por ano. Desse total de discentes, fizemos uma estimativa de como se dá a relação aluno e disciplina de literatura, considerando que estão incluídas as instituições que oferecem a disciplina de diferentes formas: obrigatória, optativa e não oferecem. No gráfico abaixo, visualizamos essa estimativa.

A partir dos dados levantados, observamos que dos 3.534 ingressantes, anualmente, do curso de Pedagogia, há em média 1.548 discentes que terão, obrigatoriamente, a oportunidade de cursar a disciplina Literatura no percurso de sua formação. Outros 1.746 estão em universidades que oferecem a disciplina em caráter optativo, dependendo de uma série de circunstâncias para ser ofertada ou não. Lamentavelmente, contabilizam-se 240 alunos que, com certeza, não cursarão a disciplina, porque esta não existe (NE) no programa de ensino dos cursos.

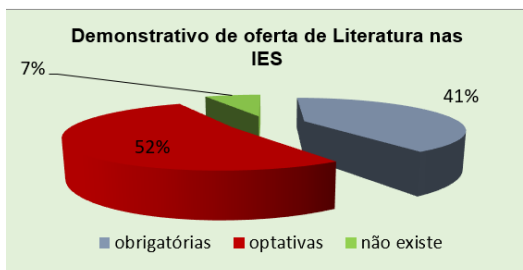
GRÁFICO 1 – Número de alunos que cursam pedagogia e a relação com a disciplina literatura na formação inicial



FONTE: Saldanha (2018). Dados elaborados conforme documentos da pesquisa.

Em termos percentuais, comparando o valor decorrente do número de universidades com o valor decorrente do número de alunos matriculados, percebemos que houve uma pequena diferença nas ofertas de natureza obrigatória e optativa, como mostra o gráfico a seguir:

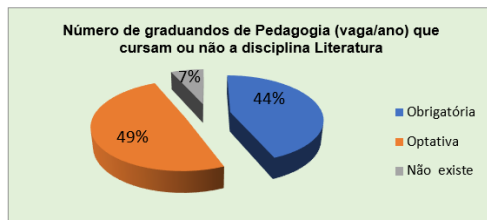
GRÁFICO 2 – Demonstrativo com valores percentuais da oferta da disciplina literatura pelas IES



FONTE: Saldanha (2018). Dados elaborados conforme documentos da pesquisa.

O Gráfico 2 traz o percentual de acordo com o número de universidades pesquisadas e o caráter da oferta da disciplina: 41% das IES mapeadas oferecem a disciplina em seu currículo como obrigatória, 52% ofertam como optativa e 7% não oferecem a literatura no curso de Pedagogia. A partir do número de IES e das vagas ofertadas anualmente por cada uma, fizemos um levantamento em valores percentuais de como se dá essa oferta por vagas, conforme gráfico abaixo.

GRÁFICO 3 – Demonstrativos com valores percentuais do número de alunos atendidos pelas Universidades



FONTE: Saldanha (2018). Dados elaborados conforme documentos da pesquisa.

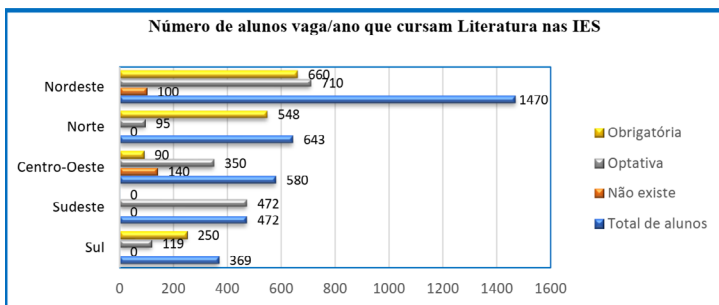
Ao observarmos os Gráficos 2 e 3, constatamos que existe uma diferença entre a oferta da disciplina Literatura em caráter obrigatório, que é de 41%, e o número de alunos que cursarão a disciplina nessa mesma natureza (obrigatória; optativa), que é de 44%, aumentando em 3%, sendo essa estimativa considerada por nós positiva, visto que amplia e garante a possibilidade de um número maior de discentes dispor de um embasamento teórico-metodológico sobre a literatura e a mediação do texto literário durante sua formação. Percebemos que essa diferença decorre da redução do número de alunos (49%) que cursaram Pedagogia em universidades que oferecem a disciplina de natureza optativa (52%), havendo uma redução de 3% (em média 106 alunos, os quais não teriam a garantia de cursar a disciplina porque, quando aparece de maneira optativa, pode ser oferecida ou não).

Entretanto, essa análise também evidencia a concentração de oferta em algumas universidades e a ausência em outras, portanto observamos que a formação do pedagogo, que contemple a abrangência do país, permanece precária. Silva (2014) explica que, ao selecionarmos o currículo a ser efetivado nas universidades e nas escolas, estamos construindo um modelo de humanidade relacionado ao que somos e nos tornamos, à nossa identidade e subjetividade. Assim sendo, existe um quadro vulnerável no que se refere à perspectiva identitária da literatura nos currículos de Pedagogia.

Para aprofundarmos nossa reflexão, fizemos um levantamento da carga horária destinada à disciplina literatura das universidades. Consideramos que o tempo proposto para cada disciplina é fundamental para sua organização, seleção dos textos que serão trabalhados e atividades que serão desenvolvidas durante o componente, pois os docentes sempre buscam adequar o cronograma de trabalho à carga horária da disciplina. Os dados sugerem que existe uma variação quanto à carga horária das disciplinas de literatura. Observamos que ocorre uma disparidade que varia de 30h a 75h destinadas à disciplina. O tempo destinado aos componentes curriculares é determinante para uma maior ou menor oportunidade de conhecimento e formação sobre o conteúdo pelo discente e é a expressão do espaço político destinado à área.

Para traçarmos uma visão geral da oferta da disciplina Literatura nos cursos de Pedagogia, relacionando o número de alunos que ingressam por ano, de acordo com as vagas ofertadas pelas universidades pesquisadas, fizemos um demonstrativo dividido por regiões e por universidades que integram a pesquisa em cada região, número de alunos atendidos, natureza da oferta da disciplina Literatura em cada IES: obrigatória, optativa, não existe, conforme gráfico a seguir:

GRÁFICO 4 – Demonstrativo de número de alunos vaga/ano do curso de pedagogia nas ies de acordo com as regiões e a natureza do ensino de literatura



FONTE: Saldanha (2018). Dados elaborados conforme documentos da pesquisa.

Observamos que existe uma variação considerável dos dados de acordo com as universidades e regiões às quais pertencem. Essa variação se dá devido ao número de estados e universidades que compõem cada região, demonstrando peculiaridades e diferenças. Notamos que a região Nordeste, terceira região em extensão, tem o maior número de estados, o maior número de universidades e, conseqüentemente, apresenta o maior número de alunos. Com relação à oferta da disciplina Literatura no curso de Pedagogia, identificamos diferenças acentuadas na região.

Percebemos que algumas universidades abrem espaço para que a literatura integre o currículo de Pedagogia, pois oferecem a disciplina como optativa. No entanto, o desconhecimento sobre o aspecto fundamental da prática do pedagogo como o professor das primeiras letras impede que a literatura ocupe um lugar no currículo obrigatório, oferecendo-se, então, o atalho da disciplina optativa ou eletiva. Entretanto, sabemos que a oferta de disciplina optativa não garante sua presença na formação do graduando, posto que depende de vários fatores que envolvem os departamentos e instituições, como a disponibilidade e o interesse de professores, a prioridade de componentes obrigatórios sobre os optativos, mesmo que sua oferta seja uma reivindicação dos maiores interessados, que são os discentes, conforme dados publicados por Saldanha

(2018). Estamos, assim, frente a uma disputa epistemológica, institucional e política, que tem sido administrada, em algumas instituições, por meio de atalhos, com a precária oferta da literatura como disciplina optativa.

Dada a abrangência da nossa pesquisa e dos dados construídos, seguimos um percurso sinalizado pelo agrupamento das universidades por regiões. Na sequência, destacamos a região Nordeste para apresentarmos alguns aspectos relacionados a essa discussão.

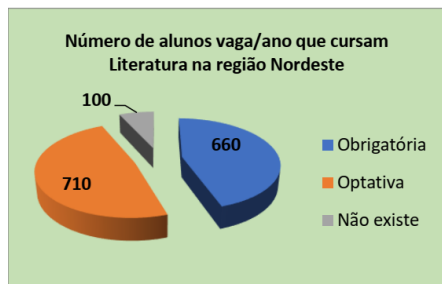
Na região Nordeste (NE), selecionamos 09 (nove) universidades federais (UFAL, UFBA, UFC, UFMA, UFPB, UFPE, UFPI, UFRN, UFS). Dessas 09 instituições, temos a seguinte distribuição no que tange à natureza da oferta da disciplina Literatura: 03 obrigatória (UFPB, UFPI, UFRN), 05 optativa (UFAL, UFBA, UFC, UFMA, UFPE) e 01 não oferece (UFS). Vejamos os gráficos abaixo:

GRÁFICO 5 – Oferta da disciplina no NE



FONTE: Saldanha (2018). Dados elaborados conforme documentos da pesquisa.

GRÁFICO 6 – Vagas para literatura no NE



FONTE: Saldanha (2018). Dados elaborados conforme documentos da pesquisa.

Dessas nove universidades, contamos com uma oferta anual estimada em 1.470 vagas para o curso de Pedagogia. A partir desse levantamento, considerando que a oferta corresponde ao número de alunos que, provavelmente, irão cursar a graduação, fizemos uma estimativa do total de alunos que poderão ter a oportunidade de cursar a disciplina Literatura ou não.

Conforme os dados explicitam, de um total de 1.470 alunos que ingressam anualmente no curso de Pedagogia nas universidades nordestinas pesquisadas, 100 alunos não terão a oportunidade de cursar a disciplina Literatura, enquanto 660 terão assegurado o direito de cursar a disciplina. O que nos chamou a atenção foi o fato de 710 alunos, correspondendo ao percentual de 48%, permanecerem na estimativa dos que cursarão ou não a disciplina, posto que ela é oferecida em caráter optativo, o que não assegura que essa oferta seja regular. De acordo com os dados construídos, observamos que, em muitas universidades, a disciplina Literatura aparece no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e dispõe de uma ementa condizente com o Plano de Ensino da Disciplina (PED), aparecendo também na estrutura curricular como disciplinas de aprofundamento, mas, de fato, não são ofertadas, ou são ministradas esporadicamente. Observamos que, do ponto de vista epistemológico, há o reconhecimento da área como conhecimento necessário e possível de compor o currículo de Pedagogia, pois aparece seja como disciplina obrigatória, seja como optativa ou eletiva. Entretanto, do ponto de vista institucional e político, a área se apresenta ainda vulnerável, um território a ser conquistado, ocupado e consolidado, visto que, segundo informações coletadas, são recorrentes os depoimentos de que a disciplina de literatura é oferecida conforme haja um professor interessado ou com carga horária disponível para esse trabalho.

Podemos identificar que as propostas das ementas condizem com as disciplinas e priorizam o conceito de literatura, literatura infantil, estudo de obras literárias, mediação do professor e formação do gosto pela leitura. Entretanto, apenas três universidades (UFPB, UFPI, UFRN) ofertam a disciplina em caráter obrigatório. De posse desses dados, entramos em contato com as demais instituições com o intuito de esclarecermos como são oferecidas as disciplinas optativas, no decorrer do curso. Algumas universidades justificaram através de *e-mail* que a oferta ocorre de acordo com a demanda e disponibilidade de professores (os nomes dos informantes foram substituídos por nomes de personagens literários).

QUADRO 1 – A oferta da disciplina literatura nas vozes dos sujeitos da UFAL e da UFPE

Universidade	Resposta
UFAL	Quanto à oferta de Literatura Infantil, ela é ELETIVA para os alunos a partir do 4º período que podem cursar a eletiva, somente em um ano não foi ofertada essa disciplina por conta dos professores estarem afastados. (FABIANO)
UFPE	Essa disciplina é eletiva. Ela é ofertada de acordo com as demandas internas do curso e a disponibilidade dos professores. (SINHA VITÓRIA)

FONTE: Saldanha (2018). Dados elaborados conforme documentos da pesquisa.

As respostas estão de acordo com as regras que norteiam as disciplinas optativas ou eletivas. Essas disciplinas integram a estrutura curricular dos cursos, com o objetivo de aprofundar determinados conteúdos e temas. Podem ser oferecidas pelo curso de origem ou por outro curso, cuja oferta dependerá de vários fatores, dentre os quais: interesse do aluno, disponibilidade de professor.

Concordamos com Silva (2001) quando enfatiza que a política curricular, metamorfoseada em currículo, executa um processo de inserção de alguns saberes e de alguns indivíduos, excluindo outros. Por meio do currículo, são efetivados os ideais de grupos sociais e políticos da sociedade. O currículo torna-se o eixo central dos sistemas educacionais, à medida que abarca uma carga de desejos, particularidades, reconhecimento, espaços conquistados e diversidade de saberes.

Da mesma forma que a disciplina optativa, nesse caso a Literatura, é oferecida regularmente durante a graduação dos pedagogos, ela pode aparecer na matriz curricular, no Projeto Pedagógico do Curso, mas eventualmente ou em nenhum momento é oferecida, segundo confirmamos pela pesquisa, logo, será um saber excluído, que os discentes não terão acesso. A disciplina de literatura aparece como optativa nos projetos pedagógicos e estruturas curriculares dos cursos de Pedagogia da UFBA e da UFMA, entretanto, ao investigarmos sobre a frequência da oferta da disciplina via *e-mail*, obtivemos respostas de colaboradores dessas IES – eles receberam nomes de personagens de obras literárias para assegurarmos o anonimato – e constatamos que, na verdade, não são ofertadas, pois são disciplinas do curso de Letras, ofertadas pelo Departamento de Letras (DL):

Os enunciados dos sujeitos responsáveis pelas informações deixam nítido o fato de que a disciplina não é ofertada pelo curso de Pedagogia, inclusive, existe uma divergência de informações que sugere um aparente descaso com o ensino de literatura na formação do pedagogo. As disciplinas constam no programa do curso, mas são ignoradas, parecendo desconhecidas. Reafirmamos também a ideia de que a disciplina ofertada como optativa ou eletiva não garante sua efetivação na formação do graduando, como o próprio Riobaldo do DE/UFMA declara: “Como ela está como disciplina eletiva, nunca foi ofertada”.

QUADRO 2 – Disciplinas optativas da UFBA e da UFMA

Universidade	Disciplinas	Respostas das IES via e-mail
UFBA	Literatura Brasileira XIV (Literatura Infantil)	Aurélia, DL/UFBA: Essas disciplinas não são ofertadas diretamente à Pedagogia. A Literatura Infantojuvenil, por exemplo, é ofertada todos os semestres. As vagas são abertas também para o curso de Pedagogia, mas não exclusivamente.
	Literatura Infantojuvenil	
UFMA	Educação e Literatura	Martim, DL/UFMA: Essas duas disciplinas que constam como optativas na matriz curricular do curso de Pedagogia da UFMA ou são ministradas pelos próprios professores ou não são ofertadas, uma vez que há mais de oito anos – pelo que minha memória alcança – não é designado um professor deste departamento para cumprir essa missão em Pedagogia. Não temos um programa dessas disciplinas por aqui. O que temos é o programa da disciplina Literatura Infantojuvenil, que é ofertada ao nosso Curso de Letras. Riobaldo, DE/UFMA: Estou encaminhando a ementa e programa da disciplina Fundamentos e Metodologia da Língua Portuguesa. A outra disciplina que você solicitou, apesar de aparecer no currículo do curso, como ela está como disciplina eletiva, nunca foi ofertada.
	Literatura Infantojuvenil	

FONTE: Saldanha (2018). Dados elaborados conforme documentos da pesquisa.

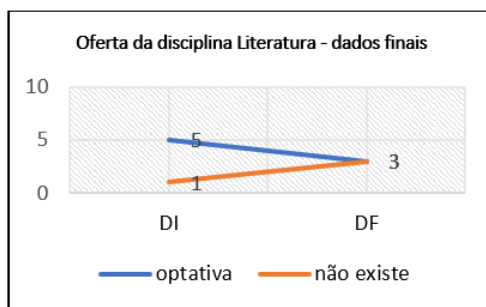
De acordo com as análises realizadas, constatamos que, das 05 universidades que apresentam a disciplina Literatura em sua estrutura curricular, 02 (UFAL, UFPE) afirmam que sua efetivação se dá conforme a demanda e a disponibilidade do professor, 02 (UFBA, UFMA) esclarecem que, apesar de integrarem o currículo do curso, elas não são ministradas no curso de Pedagogia, posto que os colaboradores atribuem essa responsabilidade ao curso de Letras. Portanto, não há realmente vínculo institucional com o curso de Pedagogia. No caso da UFBA, a chefia do Departamento de Letras Vernáculas, à época da pesquisa, explicou que a disciplina Literatura Infantojuvenil é ofertada todos os semestres, mas não direta ou, exclusivamente, para o curso de Pedagogia. Com relação a UFMA e a UFS, não foi possível saber se a disciplina ocorre efetivamente em Letras e se existe procura por alunos de Pedagogia. No tocante à UFC, não obtivemos resposta quanto à frequência com que é ofertada a disciplina.

Observamos que, após a análise dos dados, mediante informações fornecidas pelas instituições, aconteceu uma alteração no que tange à oferta efetivamente da disciplina Literatura, tendo em vista constatarmos que 02 universidades que apresentam a disciplina em sua estrutura curricular afirmam não ministrarem esse componente curricular em nenhum momento do curso, alterando os resultados de dados iniciais (DI) e dados finais (DF), conforme gráficos abaixo.

Inicialmente, ao realizarmos o mapeamento geral das IES do Nordeste e sua oferta de acordo com os documentos, constatamos que 05 instituições apresentam a disciplina no currículo como optativa. Contudo, sabemos que as disciplinas optativas que integram os currículos não asseguram sua efetivação em sala de aula, por isso buscamos averiguar

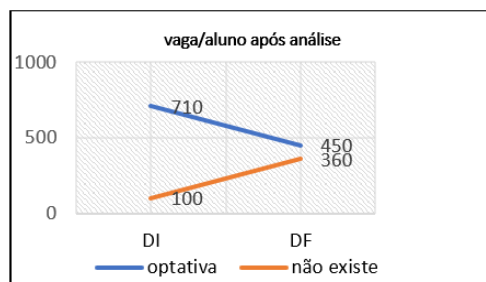
se essas IES ofertavam concretamente esse componente curricular. Após verificação entre as informações dos documentos institucionais e o contato via *e-mail*, constatamos que somente 03 universidades (UFAL, UFC, UFPE) realmente ofertam literatura em caráter optativo, com o total de 04 instituições que não ministram a disciplina (UFS, UFBA, UFMA). No início, a UFBA e a UFMA estão entre as instituições que oferecem a literatura como optativa, porém, ao entrarmos em contato com as secretarias dos cursos, constatamos que as disciplinas aparecem no currículo como optativas, mas não são ofertadas. Então, essas instituições passam das IES que ofertam como optativas para as IES que não têm a disciplina, porque, de fato, elas não são ofertadas, apenas integram os currículos. Esse diagnóstico influencia diretamente no número de alunos que terão ou não acesso à literatura. A oferta de vagas que aparece nos dados iniciais a partir dos documentos institucionais não é efetivamente disponibilizada aos alunos, conforme pode ser observado no Gráfico 7.

GRÁFICO 7 – Oferta ne após a análise dos dados finais



FONTE: Saldanha (2018). Dados elaborados conforme documentos da pesquisa.

GRÁFICO 8 – Vagas/alunos NE – dos dados finais



FONTE: Saldanha (2018). Dados elaborados conforme documentos da pesquisa.

Em decorrência disso, o número de alunos que poderão cursar esse componente curricular, se ajustado à modificação, cai de 710 (UFAL – 120; UFBA – 140; UFC – 80; UFMA – 120; UFPE – 250), nas universidades que apresentam a disciplina nos documentos, para 450 alunos (UFAL – 120; UFC – 80; UFPE – 250), nas universidades que asseguram ofertar a disciplina no curso de Pedagogia em algum momento (Gráfico 8). O resultado que nos preocupa é o aumento do número de alunos que efetivamente não irão cursar a disciplina, pois, de um total inicial de 100 alunos (7%), somente a UFS não apresentava a disciplina nos documentos. Nesse sentido, há um aumento para 360 discentes (24%) que cursarão Pedagogia em universidades (UFBA, UFMA, UFS) que, efetivamente, não oferecem a referida disciplina.

A análise dos dados das IES da região Nordeste expõe um fato existente também nas outras regiões e ratifica as fragilidades da oferta da disciplina em caráter optativo, pois a primeira pergunta que fazemos é: será que a disciplina é ofertada regularmente? A disciplina optativa pode ser ofertada ou não; mesmo que seja ofertada, também não existe a garantia de que todos os discentes da turma a cursarão, considerando que estes vão escolher dentre várias disciplinas optativas a que mais lhes interessa. Nesse caso, a literatura poderá não ser escolhida. Nem sempre o estudante sabe o que é melhor para sua formação, por isso a relevância das escolhas acadêmicas e institucionais estarem vinculadas ao domínio epistemológico sobre a área a ser incluída no currículo obrigatório, de maneira a assegurar o acesso a determinado conhecimento aos graduandos.

Várias situações e aspectos nos chamaram a atenção e nos levaram a outras indagações. Dada a amplitude da pesquisa, apresentamos alguns dados da região Sudeste que causaram surpresa e estranhamento. Essa região concentra vasta pesquisa e produção científica na área de leitura, literatura e formação do leitor, entretanto as quatro universidades investigadas – UFRJ, UNIFESP, UFMG, UFES – ofertam a

disciplina em caráter optativo, dados que nos levaram a mantermos contato com essas instituições para averiguarmos a veracidade das informações.

Com relação à UFRJ, aparece a disciplina *Literatura Infantil*, mas uma das professoras que a ministrou informou que não sabe se é ofertada nem com qual frequência, visto que a última vez que ofertou foi em 2011.2. No que concerne à UFES, a disciplina *Literatura Infantil e Juvenil* é disponibilizada como optativa pelo Departamento de Letras. Fomos informados de que há grande demanda por parte dos alunos, mas que, devido à falta de professores, sua oferta se dá esporadicamente. Na UNIFESP, *Literatura, Infância e Escola* é ofertada em caráter eletivo, porém não conseguimos distinguir se realmente ela fazia parte do currículo de Pedagogia. Assim, procuramos o professor Bentinho, que informou não ser mais professor da UNIFESP. Segundo nos relatou, ele criou e ministrou essa disciplina de 2010 a 2014, não somente para Pedagogia. A oferta começou como uma disciplina do chamado Domínio Conexo (oferecida pelo Departamento de Educação, no curso de Pedagogia) para todos os cursos do *campus*. Em contato com a coordenação desta universidade, fomos informados de que não havia nenhuma disciplina específica sobre Literatura Infantil, seja no curso de Pedagogia, seja no curso de Letras. Na UFMG, há a disciplina *Leitura Literária na escola*. Em contato com a coordenadora do colegiado de Pedagogia e com a professora vinculada ao Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE) e responsável pela disciplina, fomos informados de que a oferta se dá todos os semestres nos turnos matutino e noturno, sendo aberta para alunos de Pedagogia e de outros departamentos. A docente afirmou ter recebido alunos da faculdade de Letras e da faculdade de Ciências Exatas, da Engenharia, ou seja, é aberta a todos os estudantes da instituição.

Os resultados concernentes às instituições da região Sudeste trouxeram vários questionamentos, tais como: o que impede de as universidades que concentram um vasto número de pesquisas, eventos e produções científicas na área de leitura, literatura e formação do leitor legitimarem esses conhecimentos nos currículos de Pedagogia, incluindo a Literatura como disciplina obrigatória? É importante ressaltarmos que o estado de São Paulo sedia o maior evento de leitura do país, o Congresso de Leitura do Brasil (COLE), que se iniciou em 1978 e permanece até os dias atuais. Em 1981, durante o terceiro COLE, nasceu a Associação de Leitura do Brasil (ALB)¹, ambos com o objetivo de promover as discussões em torno da leitura, sua promoção e democratização. Os estudos e pesquisas realizados pela ALB e pelo COLE são amplamente divulgados por meio de livros, revistas, cadernos e boletins.

Observamos, também, que nesse estado está localizado o Centro de Estudos em Leitura e Literatura Infantil e Juvenil “Maria Betty Coelho Silva” (CELLIJ), da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP),

¹ As informações sobre COLE e ALB estão disponíveis em: <http://alb.org.br/a-alb/>.

de Presidente Prudente. O CELLIJ² tem como objetivo principal formar leitores a partir do texto literário e proporcionar um diálogo direto com os professores, jovens alunos, instâncias governamentais responsáveis pela implementação de políticas públicas no campo da Educação, bem como com discentes do curso de Pedagogia e seus docentes e, posteriormente, com o Programa de Pós-Graduação em Educação. O centro desenvolve vários projetos, atua com políticas públicas de leitura e promove ações que minimizem déficits de aprendizagens de crianças e jovens.

Diante desse quadro, a ausência da literatura como disciplina obrigatória no curso de Pedagogia da UNIFESP causa, no mínimo, estranhamento, haja vista que a instituição se localiza em um estado onde se concentra um sólido campo de pesquisas e estudos sobre leitura, literatura e formação de leitores, agregando pesquisadores de referência na área.

Do mesmo modo, a oferta do ensino de literatura, em caráter optativo, pela UFMG, leva-nos a questionar: Como se explica o fato de uma universidade, que é sede do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE), não institucionalizar no currículo de Pedagogia, sob a forma de disciplina obrigatória, um conhecimento que é a base de suas pesquisas e publicações? O CEALE, que é um órgão complementar da Faculdade de Educação da UFMG, criado em 1990, com o objetivo de integrar grupos interinstitucionais voltados para a área da alfabetização e do ensino de Português, ao mesmo tempo que se desenvolve como centro de referência, parece não repercutir seu trabalho, de maneira estrutural, no curso de Pedagogia. Durante anos, o CEALE coordenou a seleção de acervo bibliográfico para bibliotecas escolares a ser adquirido por programas governamentais como o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE (1997-2017). A despeito de todo esse trabalho especializado, o centro se mantém como “complementar”, o que parece evidenciar uma injunção política e institucional que repercute em uma relação instável com a formação do pedagogo, visto que, ao oferecer disciplinas optativas, não pode assegurar que todos os estudantes do curso de Pedagogia acessem a área, que é fundamental e não complementar à sua formação.

Os resultados dos dados das quatro instituições que fazem parte da região Sudeste nos levam a retornar as discussões sobre currículo como espaço de poder, território em disputas (ARROYO, 2013). As propostas curriculares oficiais trazem saberes considerados necessários, prioritários, indispensáveis à formação universitária ou escolar. Entretanto, diante das discussões postas, questionamos: até que ponto esses saberes são realmente prioritários? Que explicação temos diante de um currículo oficial que não dá espaço para um saber, no caso a literatura, que é necessário, que se manifesta por meio de vieses diversos, como projetos de pesquisas, programas, eventos, na tentativa de suprir uma lacuna existente no currículo obrigatório de uma formação inicial? É evidente que uma disciplina não dará conta de uma formação completa, porém

² As informações sobre o CELLIJ estão disponíveis em: <http://www2.fct.unesp.br/congresso/cellij/br/sobrecellij.html>.

propicia aos futuros professores discussões teóricas, troca de experiências e apropriação de conceitos relevantes e indispensáveis para uma formação inicial.

Os dados construídos e sistematizados e as reflexões desenvolvidas aqui indicam que há sensibilidade e movimento por parte dos docentes e discentes das universidades pesquisadas de que existe a necessidade de inserção da literatura no curso de Pedagogia. Entretanto, a legitimidade da literatura no currículo de Pedagogia ainda é incipiente, vulnerável e não é assegurada pela maioria das instituições pesquisadas. A maioria das universidades federais não oferece a disciplina Literatura em seu currículo obrigatório dos cursos de Pedagogia.

Observamos que, do ponto de vista epistemológico, há o reconhecimento da área como conhecimento necessário e possível de compor o currículo de Pedagogia, pois aparece, seja como disciplina obrigatória, seja como optativa ou eletiva. Entretanto, do ponto de vista institucional e político, a área se apresenta ainda vulnerável, um território a ser conquistado, ocupado e consolidado, visto que, conforme informações coletadas, são recorrentes os depoimentos de que a disciplina de literatura é oferecida conforme haja professor interessado ou com carga horária disponível para esse trabalho.

Considerações finais

Entendemos a literatura como um bem cultural que pela palavra potencializa a natureza do ser humano de imaginar, criar, pensar, sonhar, sentir, conhecer, de nos conhecermos, de estar no mundo. Em sua potência, registra, preserva e transporta a memória dos povos; por esses motivos, precisamos dela para nos realizarmos. A literatura é crucial para a formação humana. Em sua natureza multidimensional, enciclopédica, discorre sobre temas diversos e complexos como separação, morte, preconceitos, entre outros que são fundantes do estar no mundo, que encontram na tessitura do literário espaço pleno para a expressão da sua complexidade cultural, social, política, estética, afetiva. A literatura articula saberes interdisciplinares, transdisciplinares, estabelecendo ligação entre conhecimentos variados que formam os currículos nas instituições escolares e acadêmicas.

Assumindo o pressuposto de que a literatura é essencial para a formação do sujeito, entendemos que ela precisa ter espaço no currículo do curso de formação de professores. Nesse sentido, defendemos que é um conhecimento prioritário e indispensável a ser inserido na formação inicial formal dos pedagogos, que são os futuros mediadores de leitura das crianças, dos jovens e dos adultos da EJA. Esses profissionais atuarão nos primeiros anos de escolaridade, apresentarão a leitura da palavra, da literatura, a natureza estética do texto literário, serão responsáveis pela mediação da leitura, por incentivar o gosto pela leitura e a formação do leitor. A premissa de que a literatura é exclusividade do curso de Letras ou que é conhecimento complementar no curso de Pedagogia precisa ser reavaliada, pois sabemos que os pedagogos são os docentes que

atuarão na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental e na primeira etapa da EJA, portanto são os responsáveis pela iniciação às letras de todos os aprendizes.

Os dados indicam que a maioria das universidades não disponibiliza a literatura nos cursos de Pedagogia em caráter obrigatório, mas como componente optativo. Observamos frequente divergência de informações com relação às disciplinas optativas. Na maioria das vezes, não foi possível saber com que frequência são oferecidas. Conforme constatamos, as disciplinas optativas aparecem como alternativa de conhecimento e sua oferta depende de uma série de fatores institucionais, perdendo-se de vista sua relevância formativa.

Em síntese, os dados apontam que algumas universidades compartilham do pressuposto de que a literatura é necessária na formação do pedagogo, mas, por causa de visão epistemológica não consolidada, não inserem a disciplina como componente obrigatório do currículo. O currículo é uma práxis e, por isso, se constitui expressão da função socializadora e cultural da educação. Ele expressa as aspirações sociais, políticas, culturais e econômicas da sociedade que se manifestam por meio dos conteúdos selecionados, da maneira como são organizados e das práticas que geram sobre si.

Constatamos que a ausência da literatura na formação inicial formal do pedagogo deixa uma lacuna que precisa ser preenchida. Compreendemos que é um processo de mudanças, e toda mudança requer rupturas, uma vez que significa adentrar em um território de tensões, de constantes disputas, de poder, de interesses diversos. A mudança no currículo é uma abertura para inserir novos modos de pensar e novos projetos que atendam, nesse caso em particular, à formação em literatura dos professores das primeiras letras.

REFERÊNCIAS

AMARILHA, Marly (org.). *Educação e leitura*. Natal: EDUFRRN, 1999.

ARROYO, Miguel G. *Currículo, território em disputa*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BERENBLUM, Andréa. *Por uma formação de leitores*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2009.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade: estudos de teorias e história literária*. 13. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2014.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. *Vários escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.

ISER, Wolfgang. *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. Tradução de Johannes Kretschmer. São Paulo: Editora 34, 1999. v. 2.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994. (Série Temas, v. 36).

MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

POUND, Ezra. *ABC da Literatura*. Tradução de José Paulo Paes e Augusto dos Campos. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

SALDANHA, Diana Maria Leite Lopes. *O ensino de literatura no curso de pedagogia: um lugar necessário entre o institucional, o acadêmico e o formativo*. 2018. 245f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26401>. Acesso em: 14 abr. 2022.

SILVA, Sayonara Fernandes. *O Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE: da gestão ao leitor na educação infantil de Natal*. 2015. 284f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). *Currículo, Cultura e Sociedade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 7-38.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

YUNES, Eliana. A provocação que a literatura faz ao leitor. In: AMARILHA, Marly (org.). *Educação e leitura: redes de sentidos*. Brasília: Liber Livro, 2010. p. 53-68.

Texto recebido em 14/05/2022

Texto aprovado em 27/03/2023